REVISTA Língua & Literatura
ISSN 1984-381X

Literatura, história e catarina: a narrativa do deslocamento em *Réquiem para o navegador solitário*, de Luís Cardoso

Literature, history and catarina: the narrative displacement in *Réquiem para o navegador solitário*, by Luís Cardoso

Andrea Czarnobay Perrot[1]
Daniel Conte[2]
Marinês Andrea Kunz[3]

Resumo: A obra *Réquiem para o navegador solitário*, do timorense Luís Cardoso, não escapa à retratação dolorosa comum às literaturas contemporâneas das ex-colônias de Portugal. O Timor Leste foi colônia portuguesa durante cinco séculos, aproximadamente, e nunca teve a atenção devida da metrópole. O território foi um espaço relegado à insipidez do cotidiano histórico e serviu de depósito de pessoas não queridas na Metrópole. É nesse espaço que a jovem Catarina, a narradora, apresenta ao leitor uma colônia repleta de sujeitos deslocados em sua condição imaginária e, por outro lado, a resistência organizada e fantasmagórica dos nativos. Há duas personagens fundamentais na obra: uma, a narradora Catarina; a outra, o próprio Timor Leste, que estava à deriva antes da independência. É nesse contexto que se pretende evidenciar o deslocamento dos personagens que figuram na narrativa de Luís Cardoso.

Palavras chave: Timor Leste. Literatura. História. Deslocamento. Luís Cardoso.

À guisa de contextualização

Profundamente marcada pela história política de seu país, a literatura timorense emerge de determinadas condições de produção em que as máculas dos abusos da empresa colonialista são visíveis e traumáticas. A materialidade ficcional, que traz a representação de discursos e de atores da malha antropológica, coloca o sujeito histórico em um patamar de

[1] Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta da Universidade Federal de Pelotas.
[2] Doutor e Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Professor Adjunto da Universidade Feevale.
[3] Doutora em Linguística e Letras pela PUC-RS. Professora titular da Universidade Feevale.

audibilidade no novelo ideológico resultante dos paradoxos constituintes da condição de pós-colonialidade, do nascimento das nações e da ilusão pós-moderna da desfronteira. Dentre os escritores contemporâneos, que narram distantes dos centros de poder, destaca-se Luís Cardoso Pacheco de Noronha. O escritor publicou seu primeiro romance, *Crônica de uma travessia*, em 1997, obra com características biográficas em que narra fatos de sua vida no Timor e de sua militância contra a ocupação do país pela Indonésia. Em 2001, foi a vez de *Olhos de coruja olhos de gato bravo*; em 2003, *A última morte do Coronel Santiago;* em 2007, *Requiem para o navegador solitário;* e em 2013*, O ano em que Pigafetta completou a circum-navegação*. Suas obras tratam da história e da cultura do Timor Leste e foram traduzidas para vários idiomas, transitando, principalmente, no continente europeu, nas antigas potências colonialistas.

As narrativas do autor retomam a história timorense, e, nesse sentido, é importante refletir sobre a relação entre história e ficção, a partir de Paul Ricoeur (1997). Para nos situarmos em relação à literatura produzida no Timor Leste, acreditamos ser importante direcionarmos nosso olhar a Luís Cardoso e a suas materialidades ficcionais, que são consideradas textos fundadores, como vetores que redizem a exploração do corpo-terra e o deslocamento do humano na condição de sujeito histórico em processo de abuso. Cardoso fez chegar a público a história e os costumes do povo timorense, mesclados à história e aos costumes de outros povos, tendo em vista os ataques e invasões sofridas pelo Timor, por parte de portugueses, japoneses e indonésios.

Tendo passado grande parte da sua vida na diáspora, pois radicado em Portugal, o autor viveu sua infância em Timor, estudando no seminário de Sobaida, destinado apenas às elites timorenses. Aprendeu os costumes de seu povo nas várias viagens que empreendeu em companhia de seu pai e conheceu de perto as necessidades e os sofrimentos dos nativos da região. Nessa ordem, mesmo distante de seu país durante os anos de repressão após a invasão sofrida pela Indonésia, Luís Cardoso esteve atento aos fatos que envolviam a sua gente, relatando-os em suas obras, ficcionalizando a realidade a fim de entender o sentido da nação surgente. É um timorense que habita em Portugal desde 1979, sujeito movimentado por sua história, deslocado em seus anseios e em seu compêndio simbólico. Said observa com atenção a condição do sujeito exilado quando diz que

> O problema é que, para a maioria dos exilados, a dificuldade reside, não só no fato de serem forçados a viver longe de casa, mas antes, e tendo em conta o mundo de hoje, em viver com inúmeras evocações de que estão no exílio, de que as suas casas não estão, na realidade, tão distantes, e de

> que o tráfego habitual do dia a dia na vida contemporânea os mantêm em contato permanente, embora totalizante e vazio, com o local antigo, assim sendo, o exilado existe num estado intermédio, nem completamente integrado do novo lugar, nem totalmente liberto do antigo, rodeado de semi-envolvimentos e semi-distanciamentos, nostálgico e sentimentalista, por um lado, imitador competente ou proscrito em segredo, por outro (SAID, 1999, p. 52).

E é justo este espaço *a ser dito* do sujeito em exílio que a literatura de Cardoso recupera, lembrando que seu país foi colônia portuguesa durante cinco séculos, aproximadamente, e nunca teve a atenção devida da metrópole. A chegada dos portugueses se deu por volta de 1515, mas o império português só voltou os olhos com um pouco mais de atenção àquela terra à deriva quando da ameaça de invasão pelos japoneses em 1941-2, em meio às tensões da II Guerra Mundial. O território serviu, inicialmente, como depósito de pessoas não queridas na Metrópole, prática comum do colonialismo lusitano que, mais tarde, fez o mesmo com Cabo Verde, onde estabeleceu a Colónia Penal do Tarrafal.

Portugal custou a implantar um plano de ocupação efetivo em Timor por conta, também, de esta colônia ter sido administrada por outras colônias portuguesas (Goa e Macau), pela distância da metrópole e pela falta de pessoas e de recursos para a empreitada da ocupação territorial; em verdade, o Timor é a síntese do desentendimento de Portugal em sua condição de potência colonizadora de segunda ordem, como afirma Abdala Junior (1999). É um corpo estendido e oferecido ao violador perverso, sem nenhuma reserva, silenciado por um ator silenciante que tem como instrumento uma mordaça rota, esfarrapada.

Já acentuava Eric Hobsbawn (1994) sobre o auto-descentramento de Portugal em relação à sua condição de colonizador: o não entender-se como tal e a insistência em sê-lo, ao passo que estende às colônias o retrocesso socioeconômico que vem em gestação secular de seu feudalismo caseiro. Pulveriza a esterilidade do progresso e produz, com a névoa do conservadorismo, sujeitos afônicos, calados em seu contexto histórico, incapazes de reagir à teia simbólica em que estão envoltos, inoperantes diante da imposição simbólica.

O respaldo dessa prática só encontra eco nos grandes e poderosos detentores de latifúndios, na força conservadora da Igreja Católica e nos capitalistas de plantão que, sem investimentos na modernização dos meios de produção, viviam em seu idílio parasitológico; os demais sofriam com essa heresia social, tanto é assim que "o fascismo português manteve-se no poder com a força da repressão. E por uma razão muito simples: ele representou, para a massa do povo português, um desastre histórico" (NETTO, 1986, p.24). Missionários chegam ao Timor e lá se estabelecem em um período que se estende de 1556 até 1834, garantindo a

permanência da pequena casa portuguesa, cantada por Camões, como metrópole, embora inoperante.

Já no século XX, em fevereiro de 1942, ocorre a invasão japonesa que confisca a comida do povo, que morria de fome trabalhando em regime de escravidão na construção de estradas pelo país. Os japoneses permaneceram ocupando o território até 1946. Outra invasão destruidora foi a dos Indonésios, em 1975, que durou 24 anos. A referência, nesse período, passou de Lisboa a Jacarta, acentuando as latências políticas esquizofrênicas que sempre habitaram o imaginário timorense.

Essas contingências históricas levam a República Democrática do Timor Leste a conquistar sua independência muito mais tarde, em 1999. O país tem, apesar da distância geográfica e da proximidade com a cultura das ilhas indonésias, uma cultura híbrida latina. A ligação administrativa e politicamente a Portugal por quase quinhentos anos fez com que esta pequena república compartilhasse com o Brasil, assim como com outras colônias portuguesas na África, a cultura lusitana. Apesar das agruras políticas, das dificuldades econômicas e da situação de colônia muito distante da metrópole, a influência do imaginário português continuou, e em contato constante com as culturas locais, o que possibilitou que o Timor Leste gestasse uma cultura permeada, híbrida e singular. Quando da independência, em 1999, os timorenses escolheram o português e o tétum como línguas oficiais; o português, é certo, como uma espécie de troféu de luta. Há materialidades importantes perpetuadas em português, como, por exemplo, a documentação relativa à invasão indonésia, os documentos da coroa portuguesa que registram a distribuição de terras a colonos e nosso objeto, aqui, a literatura de Luís Cardoso.

Às voltas com a história e a ficção

Paul Ricoeur (1997) estuda a relação entre história e ficção ao examinar a refiguração do tempo histórico, o qual faz a mediação entre o tempo vivido e o tempo cósmico. A refiguração do tempo pela história se dá através do emprego de "instrumentos de pensamento", que são o calendário, a ideia da sequência das gerações e o triplo reino dos contemporâneos, dos predecessores e dos sucessores, como também os arquivos, rastros e documentos. Por desempenharem o papel de conectores entre o tempo vivido e o tempo universal, esses instrumentos atestam a *função poética* da história.

A criação do calendário, que opera a socialização do tempo, possui um ponto zero, a partir do qual os fatos são datados, como o nascimento de Jesus Cristo, por exemplo. Pode-se percorrê-lo do passado ao presente e vice-versa, o que possibilita a datação de todos os

eventos. Além disso, compõe-se de uma série de unidades de medida que dominam os intervalos provocados pelos fenômenos cósmicos, ou seja, dia, mês e ano.

A noção de presente, com base na qual se elabora o ontem e o amanhã, dá sentido à ideia de que um fato novo pode interromper uma era anterior e dar início a um novo curso de eventos. Retomando Benveniste, Ricoeur (1997) afirma que é necessário que alguém fale para que o presente seja a sobreposição de um acontecimento e do discurso. Portanto, a fim de alcançar o tempo vivido a partir do tempo crônico, deve-se passar pelo tempo linguístico do discurso, de modo que cada data só é situada no tempo se for levada em conta sua enunciação.

Já a sequência das gerações possibilita a continuidade histórica por meio da tradição e da inovação. Essa noção une o tempo biológico à noção da contemporaneidade, dos antecessores e dos sucessores. É a relação entre as gerações que conduz à questão da memória, a qual não é totalmente recoberta pelo passado histórico. O fato de uma geração contar às subsequentes uma história faz com que o passado histórico e a memória individual se entrecruzem.

O terceiro conector decorre da noção de rastro, que deve ser compreendida a partir das concepções de arquivo e de documento, os quais são a base documental das instituições, que devem conservá-los. O documento tem como função apoiar a prática histórica e servir-lhe como prova material dos fatos. Assim, epistemologicamente, o historiador, guiado por uma temática, deve interrogar os rastros do passado, transformando-os em documentos.

O fato de os arquivos poderem ser instituídos em documentos, coletados e conservados, é viável em virtude da concepção de que o passado deixou um rastro, que é produto da atividade dos antecessores. O rastro localiza um espaço e um presente, ou seja, testemunha a vida passada das pessoas, guiando a pesquisa histórica. O passado concluído é, portanto, preservado por meio de seus rastros.

Nesse sentido, o rastro é um "efeito–signo", e segui-lo consiste em decifrar "o estiramento do tempo". Assim, sua significância "requer a síntese entre a marca deixada aqui e agora e o acontecimento passado" (RICOEUR, 1997, p. 208). No entanto, o rastro não significa intencionalmente, pois depende da capacidade do historiador para interrogá-lo, em busca da resposta para seu problema.

Sobre o papel do rastro na historiografia, Benedito Nunes entende que "o derradeiro nexo da elaboração poética do tempo histórico [...] desemboca no passado real, confirmando a dissimetria com a irrealidade *sui generis* da ficção" (NUNES, 2007, p. 30). É justamente essa diferença entre o tempo fictício e o histórico que Ricoeur destaca, ao afirmar que o narrador ficcional, ao contrário do historiador, não tem a obrigação de se manter preso aos conectores

do tempo vivido e do tempo cósmico: "Cada experiência temporal fictícia desdobra seu mundo, e cada um desses mundos é singular, incomparável" (RICOEUR, 1997, p. 219). Assim, ocorre a presença de personagens históricos e fatos datáveis ao lado de personagens e acontecimentos inventados, de modo que a referência ao passado e sua função de representância é neutralizada.

A maior contribuição da ficção é justamente a possibilidade da exploração não-linear aplicada às ações no tempo, o que a historiografia não pode fazer, pois se preocupa com a sobreposição do tempo histórico ao cósmico por meio do documento, que indica o que "um dia foi". É a importância do rastro que está na base da configuração historiográfica.

Por outro lado, a história emprega a ficção para refigurar o tempo, enquanto a ficção busca o mesmo por meio da história: "Essa concretização recíproca assinala o triunfo da figura, na forma do *figurar-se que*..." (RICOEUR, 1997, p. 317). De que modo a história se vale da ficção? A resposta centra-se no papel que o imaginário desempenha na reconstrução do passado. A partir do rastro, o historiador faz inferências causais, exercendo atividades de seleção, agrupamento e consulta, que possibilitam a reinscrição do tempo vivido no tempo sucessivo. O caráter imaginário das atividades de organização do rastro é verificado "no trabalho de pensamento que acompanha a interpretação de um resto: só lhe atribuímos seu valor de rastro, de efeito-signo, ao nos afigurar o contexto de vida, o ambiente social e cultural" (RICOEUR, 1997, p. 320). Já o texto ficcional imita o histórico, pois narrar um fato é contá-lo como se tivesse ocorrido. Portanto, para a voz narrativa, os eventos realmente são o passado, e a ficção se assemelha à história. Ela é quase histórica, uma vez que as ações narradas, mesmo irreais, são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor. Já a história é quase fictícia, em virtude da quase-presença dos eventos apresentados ao leitor por uma narrativa que supre o caráter esquivo da "passadidade do passado".

Além disso, a narrativa ficcional, obedecendo aos preceitos de Aristóteles, deve ser verossímil, ou seja, o relato se apresenta como se fosse passado, como se tivesse efetivamente ocorrido. A verossimilhança garante o caráter persuasivo da narrativa, relacionando-a com o quase-passado, o ter-sido. Assim, "graças a seu caráter quase histórico [...] a própria ficção pode exercer retrospectivamente a sua função libertadora" (RICOEUR, 1997, p. 331). É por meio do quase-passado que a narrativa ficcional pode desvendar aspectos ocultos no passado efetivo. Ricoeur conclui que o "*entrecruzamento* entre a história e a ficção na refiguração do tempo se baseia nessa sobreposição recíproca, quando o momento quase histórico da ficção troca de lugar com o momento quase fictício da história" (RICOEUR, 1997, p. 332).

A natureza de um fato, assevera Luís Costa Lima (1989), não é definida como histórica e ficcional *a priori*, pois o que classifica o fato é o emprego que lhe é dado, ou seja, depende de ele ser "selecionado por um historiador ou por ficcionista" (LIMA, 1989, p. 109). Alfredo Bosi observa que, embora o ficcionista funde sua versão dos fatos em provas documentais, "sabemos que aqueles fatos estão sendo trabalhados por uma corrente subjetiva, filtrados, transformados" (BOSI, 1997, p.13). Em outras palavras, a narrativa literária será sempre considerada ficção, pois seu modo de trabalhar é próprio da ficção, o que leva a concluir que o escritor não mente.

Bosi entende que a ficção é o terreno do possível, contudo,

> a liberdade do possível inclui o real, não ignora o real: abraça o real, vai até as entranhas do real e tira do real os desejos de alguma coisa que o real ainda não é. Este delicado jogo de invenção o romancista pode fazê-lo, mas o memorialista e o historiador têm pudor de inventar, pois espera-se que ele conte os fatos como aconteceram. Pode interpretá-los, mas não deveria inventar nada (BOSI, 1997, p.17).

É, pois, a partir do real que se imagina o futuro, já que é nele que o romancista encontra "as sementes do imaginável". Nesse sentido, pela história de Catarina, o leitor toma conhecimento do envolvimento de Timor Leste na Segunda Guerra Mundial, pelo corpo violado de Catarina, a dor do país espoliado e deixado à deriva pela metrópole.

Identidade e pós-colonialismo

Ao refigurar o passado, Cardoso envereda por questões de identidade e perpassa a oralidade, tendo em vista que a narrativa é atravessada pela cultura timorense, repleta em mitos e lendas. A obra do autor reflete a diversidade de seu país, que era território de Portugal desde o século XVI, sendo que os primeiros colonos chegaram à ilha do Timor, oriundos da metrópole, em 1515. As populações locais organizavam-se em estados, reunidos na confederação de Sermião e de Bele, as quais praticavam religiões animistas. No final desse século, chegaram ao Timor frades dominicanos, os quais influenciaram pouco a pouco a religião local, contribuindo, assim, para a dominação portuguesa.

Os holandeses chegaram a Kupang, capital do lado oeste da ilha do Timor, pertencente à Indonésia, em 1651. Em 1859, um tratado fixa a fronteira entre o Timor Português, o Timor Leste, e o Timor Holandês (Timor Ocidental, pertencente à Indonésia). Como o Timor se localiza em ponto estratégico, na II Guerra Mundial as forças aliadas (australianos e

holandeses) estabeleceram-se no local, vindo a travar confrontos com tropas japonesas, que os atacaram no dia 17 de dezembro de 1941.

> Os motivos do Japão para invadir Timor foram dados a conhecer pela primeira vez à população de Díli em panfletos largados sobre a cidade em 21 de fevereiro de 1942, um dia depois do ataque naval e terrestre contra o Timor Português. Esses panfletos declaravam que o Japão estava agora em guerra com os Países Baixos e com a Austrália, que era `um componente do Reino Unido, e que as forças japonesas eram obrigadas a acturas em resposta à presença de forças holandesas `num país neutral (GUNN, 1999, p. 247).

Segundo a Resolução 1514 (XV), de 14 de Dezembro de 1960, o Timor-Leste foi considerado pelas Nações Unidas como um Território Não Autônomo, sob a administração portuguesa. De 1962 até 1973, a Assembleia Geral da ONU aprovou sucessivas resoluções, afirmando o direito à autodeterminação do Timor-Leste, assim como das restantes colônias portuguesas[4]. Entretanto, o regime de Salazar, bem como o de Marcelo Caetano, posteriormente, não reconheceu essas resoluções, considerando o Timor Oriental uma província portuguesa.

Com a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, reinstalou-se a democracia em Portugal, o que teve reflexos nas colônias. Foi criada em Díli, capital do Timor-Leste, no dia 13 de maio do mesmo ano, a Comissão de Autodeterminação do Timor, tendo sido autorizada a criação de partidos políticos, sendo criados três: UDT (União Democrática Timorense), que defendia a integração de Timor numa comunidade de língua portuguesa; ASDT (Associação Social Democrata Timorense), que iria se tornar FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) e lutava pelo direito à independência; e APODETI (Associação Popular Democrática Timorense), árdua defensora da integração na comunidade indonésia.

Paralelamente à revolução em Portugal, cresceram nas colônias movimentos de libertação. A 11 de julho de 1975, importante registrar, publicou-se a lei que permitia a nomeação de um Alto Comissário português e, em outubro, acontece a eleição de uma Assembleia Popular que definiria o estatuto político da jovem nação. A partir de janeiro desse ano, organizou-se um movimento de descolonização, através de uma Assembleia Administrativa, o que possibilita, então, a realização de eleições para a administração regional do Conselho de Lautém. O resultado evidenciou a não adesão ao que defendia a APODETI, ou seja, a integração à Indonésia.

[4] Disponível em: http://timor-leste.gov.tl. Acesso em: 23 abr. 2017.

Dessa forma, com a guerra civil em andamento, no dia 28 de novembro de 1975, é proclamada a Independência de Timor Leste pela FRETILIN e pelo primeiro Presidente da República, Xavier do Amaral.

> Aproveitando o clima de instabilidade política e usando como argumento que precisava conter o comunismo no território vizinho e "proteger" a população do território timorense, a Indonésia invadiu o Timor na madrugada do dia 7 de dezembro, usando meios aéreos e navais, provando um morticínio generalizado. Os administradores portugueses instalados na ilha de Ataúro assistiram de longe à invasão (FERREIRA, 2014, p. 79).

A Indonésia tornou o Timor sua 27ª província. A partir de então, a Resistência Timorense consolida-se sob o comando da FRETILIN, inicialmente, e, depois, pela FALINTIL (Forças Armadas de Libertação de Timor-leste). Em torno de um terço da população timorense morreu nos embates com os indonésios, que proibiram o uso da língua portuguesa e do tétum.

José Ramos-Horta e o bispo de Díli, D. Ximeno Belo receberam em 1996 o prêmio Nobel da Paz pela defesa dos direitos humanos e da independência do Timor Leste. Com a queda do presidente indonésio Suharto, o novo presidente, B. J. Habibie concorda com a realização de um plebiscito em que a população do Timor votaria pela integração à Indonésia com autonomia ou pela independência. Com 78,5% de votos, a população optou pela independência. Apesar disso, o massacre de timorenses por milícias pró-Indonésia continuou.

Em setembro de 1999, a ONU envia uma força militar internacional para desarmar os milicianos e auxiliar no processo de reconstrução do país. Xamana Gusmão volta ao Timor, como muitos outros exilados. No dia 20 de maio de 2002, Dia da Restauração da Independência, é marco importante na história do país, uma vez que começa a vigorar a Constituição de Timor-Leste, que apontava para a autonomia ao país.

O Timor Leste é uma nação multicultural, onde existem 15 línguas nativas ao lado do português e do tétum, que são as oficiais. Como línguas de trabalho, destacam-se, ainda, o inglês e o bahasa indonésio. Quanto à população, a maioria é de origem malaio-polinésia e papua, com minorias de chineses, árabes e europeus. A cultura oral é, sobretudo, marca do imaginário timorense.

Diante de tal multiplicidade cultural, vale lembrar Ana Mafalda Leite (2012, p. 155), segundo a qual a leitura de um texto de literatura africana, neste caso, timorense, "torna-se, assim, um lugar de múltiplas filtragens, desfigurações e reconfigurações". O Timor,

constituído por múltiplas culturas locais, foi alvo da ganância de povos ocidentais, o que levou a um hibridismo:

> A textualidade pós-colonial é necessariamente um fenômeno hibridizado, ou plural, no sentido da coexistência de uma pluralidade de formas e de propostas, resultantes da relação entre os sistemas culturais europeus enxertados e as ontologias indígenas, com o seu impulso de criar ou recriar identidades locais, novos campos literários (LEITE, 2012, p. 154).

Essa condição particularizante dos sujeitos que habitaram, de fato, os processos coloniais, recuperada por Leite, estão figurados em Catarina, a protagonista gata de jade. A diegese inicia com o fragmento do poema *Visão*, de Rui Cinatti, dedicado ao navegador francês Alain Gerbault: "Eram ilhas/ Hercúleas: coroas/ vegetais sobrenadando/ altos castelos submersos e, apenas/ ("Sepultem-me no mar, longe de tudo")/ Alain,/ entre valas, velas e gaivotas". Gerbault, o navegador solitário, autor da obra *A la porsuite du Soleil*, morreu em Díli, capital do Timor, em 1941.

O poeta português Rui Cinatti era apaixonado pelo Timor Leste, cuja fauna e flora estudou com afinco, chegando a propor, ao governo português, novas formas de agricultura sustentável e de valorização do elemento nativo. Também realizou registros visuais sobre a cultura dos timorenses e lutou em defesa do país, dedicando-lhe parte de sua poesia.

Usando como mote esse fato histórico, o narrador conta a história de Catarina, filha de chineses, produtores de seda, prometida em casamento a Alberto Sacramento Monteiro, dono de uma fazenda de café no país, para selar a parceria entre eles. No entanto, Catarina é enviada ao Timor antes de se casar, para dar conta da sociedade, já que o noivo não mais fizera contato. O deslocamento, a viagem, e sua consequente inserção na cultura no novo país são tema desta história, marcada pela violência sexual sofrida por Catarina no encontro com o noivo. Tal como tematiza a narrativa, é de praxe capitães do porto usurparem e violentarem os corpos das mulheres – crioulas ou não, de maneira idêntica à que os colonizadores violam a terra. Para conquistarem as amantes, presenteiam-nas com gatos: "Uma rotina dos homens do mar, quando queriam se desfazer dos gatos velhos e cansados com que caçavam os ratos dos porões dos navios. Davam-lhes os seus nomes e ofereciam-nos às amantes em cada porto" (CARDOSO, 2009, p. 100).

Assim, Catarina recebeu o primeiro gato – Alberto, o abissínio. O noivo não condiz com a imagem de príncipe encantado construída por ela, mulher educada para fazê-lo feliz. Descobre ainda que a fazenda de café tinha sido incendiada, o que a leva ao intento de provar ao pai e ao noivo sua capacidade de reconstruí-la, metáfora que aponta para a possibilidade de

reestruturação do território. Para isso, conta com a ajuda de Madalena, uma nativa, que apareceu um dia em sua casa trazendo outra filha de Alberto Sacramento Monteiro, Esmeralda, a preciosa. Madalena também trouxe outro gato de nome Alberto, o abissínio.

A tomada de posse do corpo da mulher tem como paralelo a tomada de posse do país por parte dos estrangeiros – portugueses, holandeses, australianos, japoneses, chineses, entre tantos outros. O elemento nativo pouco é representado, a não ser por Malisera, líder de um grupo organizado de resistência escondido no monte Manumera. É a Malisera que Catarina se alia para recuperar a fazenda Sacromonte, sendo por isso perseguida pelas autoridades e mal vista pela população. O líder Malisera é recoberto por um véu místico, já que sua identidade não é de fato revelada, histórias sobre ele são contadas, sem, no entanto, saber-se o que é real: atribuíam-lhe a paternidade de muitas crianças das aldeias. Nada que outros não tivessem feito, autoridades tradicionais e coloniais, em nome da proteção que nunca passou de uma ficção bem urdida para melhor controlar os locatários" (CARDOSO, 2009, p. 90).

O insurgente timorense torna-se seu protetor, o que o leva a raptar o filho de Catarina, que seria levado a Portugal pelo novo capitão do porto, instituído tutor do filho de Alberto Sacromonte Monteiro.

A II Guerra Mundial também tem reflexos no Timor Leste, o que é evidenciado pela narrativa. Portugal pretendia a neutralidade diante do conflito, o que deixava o Timor, de certa forma, em situação delicada, já que foi invadido por tropas australianas e holandesas, as quais foram combatidas pelos japoneses. Os japoneses invadem o país e manipulam portugueses e nativos uns contra os outros, de modo que há em paralelo dois conflitos: o dos japoneses contra os europeus e o dos portugueses contra os timorenes (FERREIRA, 2014).

Com a perseguição dos portugueses contra os timorenses, Malisera é preso e parte de seu povo é morto. Assim, Catarina fica sem saber de seu filho, o que a impede de sair do país. Tendo sua casa sido incendiada, quando morreram a menina Esmeralda e, também, todos os gatos recebidos por Catarina, esta passa a morar no barco de Alain Gerbault, de quem cuidou até sua morte. Estava sob proteção de um militar japonês, que morre na explosão do hotel Salazar, ocasionada pelo ex-comunista Rodolfo Marques da Costa, amigo de Catarina, que lhe tinha avisado para que não ficasse no estabelecimento durante a guerra. Antes de ser morto, deixara, no barco, caixas de sândalo repletas de barras de ouro. O ouro dentro do sândalo, madeira olorosa do Timor, traz a representação do saque e da usurpação ao país, o qual queda-se violado de todas as formas.

Com a destruição de tudo, Cesar Semedo, o então capitão do porto, propõe-lhe fugir do Timor no barco com o tesouro, levando o corpo de Alain Gerbault. Entretanto, o coração

de Catarina não lhe permite partir. Ficaria à espera do retorno do filho. E o corpo do navegador solitário deveria ser enterrado no mar, como antecipa o poema de Rui Cinatti.

O romance retoma parte da história do Timor por meio de uma narrativa fugidia, que, mais do que narrar, esconde e desliza pelos desvãos da língua e da história. Narra sem explicitar, narra talvez mais para provocar do que para precisar, instaurando um contradiscurso, uma desconstrução. Talvez para dar conta de que a memória é uma construção também fugidia e imprecisa, entremeada pela ficcionalização própria do memorialista, uma quase-história, segundo Paul Ricoeur (1997). Escondida no barco de Alain Gerbault durante a II Guerra Mundial, Catarina redige seu diário e seus sucessos em Timor, inspirada por Gerbault, o qual escreveu também *L'Evangile du Soleil*, em que denuncia as desoladoras consequências da colonização europeia nos mares asiáticos. Afinada, talvez, com tal perspectiva, Catarina registra sua vida para denunciar os abusos sofridos pela nação timorense.

A protagonista, a gata de jade, com seu corpo violado, e a quem acorriam tantos homens, trazendo-lhe uma infinidade de gatos, é a imagem desse Timor, ao qual acorreram tantos de tantas nacionalidades e que violaram a cultura, as línguas e a população. Uma nação cuja história ainda carece de ser reconstruída, uma cultura que ainda carece de ser valorizada e colocada em discurso. Tarefa difícil, a julgar-se pela dicção fugidia deste romance de Luís Cardoso.

À guisa de conclusão

> O que de fato perpetuou e organizou a materialidade cultural dos territórios antes colonizados foram as artes, os processos e as manifestações culturais, em especial a literatura produzida ao largo dos anos de luta anticolonial e do pós-independência. Escritores como Agostinho Neto, Luandino Vieira, Paulina Chiziane, Pepetela e Luís Cardoso sedimentaram os alicerces do que seria, a partir do último quartel do século XX, uma literatura que romperia com o olhar "deslocador" que a lançava em um gueto imaginário. (CONTE et al. 2016, p.27)

Nessa ordem, o trajeto percorrido pelas literaturas da África colonizada por Portugal é, em parte, o caminho da construção de suas nações. Essas literaturas, sobre as quais se lança, muitas vezes, uma mirada suspeitosa, pela ignorância e pela distância aparente, estão muito próximas do Brasil cultural, religiosa e literariamente – ainda mais quando se pensa o Regionalismo, a partir da década de 30 do século passado.

É uma senda pensada em nível simbólico e prático. Uma edificação referencial de nações emergentes que se erguem depois de séculos de um sistema colonialista devastador. Isso significa que a literatura das ex-colônias, que a oficialidade histórica sempre pretendeu portuguesa, é uma escritura que exerceu uma função importante para a organização de uma sociedade que se sonhou mais justa, solidária e fraterna e que, sob a égide da igualdade, conquistou sua liberdade – alheia, em tempos, à rede simbólica que lhe foi imposta durante os anos de gesta colonial.

Nessa ordem, a literatura exerce um papel importante nos campos social, político e cultural, materializando a ressignificação dos elementos e dos valores da tradição ao conjugá-los com as "interferências" que particularizam as sazonalidades nacionais, trazendo vozes que, em sua maioria, caem em um silêncio de olvido.

Como arte, a literatura caracteriza-se por seu apelo ao imaginário e pela presença da fantasia, ainda que suas fronteiras sejam fluidas em relação a outros campos do conhecimento. O texto literário, entretanto, dispensa a adequação do "mundo possível", nele instituído, à realidade, mas, embora fictício, não abandona sua relação com o real, nem com o presente histórico, como mostrou Ricoeur, pois nele interferem tanto como ponto de partida quanto como ponto de chegada; tanto no momento da produção quanto no da recepção. Isso ocorre porque a literatura, assim como outras materialidades artísticas dos sujeitos que sofrem a história, dá forma concreta a sentimentos, a dilemas, a angústias, a sonhos, por meio de representações simbólicas, criadas pela imaginação.

Consequentemente, o texto literário estabelece correspondências com a realidade factual e a produção artística, relendo o passado, antecipando o futuro, explorando a herança literária para transformá-la pela ação criadora, visto que as representações poéticas trazem fragmentos da realidade, além de dialogarem com a tradição estética. O discurso literário, ao materializar-se, dá à imaginação a roupagem das palavras, para interligar tempos e espaços, autores e leitores em um gesto de comunicação solidária, que, entretanto, se mostra como um discurso encenado, como uma espécie de dança sígnica que anuncia os efeitos de sentido da malha imagética constituinte do sujeito histórico.

A noção de texto literário, compreendido como universo ficcional dizente que traduz dimensões sociais, históricas e culturais, se complementa com o reconhecimento de que ele é, essencialmente, um fenômeno de linguagem, introduzindo, assim, no aspecto historiográfico pós-independências, uma questão significativa: a "da ampliação da audiência do historiador profissional que permite um acesso mais amplo à história de um padrão profissional do que

aquele normalmente permitido pelos nobres acadêmicos profissionais e seus alunos" (SHARPE, 1992, p. 55), oferecendo possibilidades ressignificadoras.

A materialidade ficcional se organiza na forma de um discurso ou como um ato enunciativo que "emana de um locutor, dirige-se a um alocutário, faculta uma referência ao mundo e comporta marcas mais ou menos explícitas da situação em que emerge" (REIS, 2000, p. 110). E é isso que Luís Cardoso faz com as nuances imagéticas desse país que teve de aprender a andar sozinho, segundos após o parto. É isso que ele faz figurar em sua poética ficcional: uma dor desmedida e um silêncio dos corpos violados que são rastros da história colonial e pistas de uma memória que não pode ser relegada à não significação do imaginário timorense.

ABSTRACT: The work *Réquiem para o navegador solitário*, by the Timorese Luis Cardoso, does not escape the painful retraction common to the contemporary literatures of the former colonies of Portugal. East Timor was a Portuguese colony for approximately five centuries, and never had the due attention of the metropolis. The territory was a space relegated to the insipidity of historical daily life and served as a deposit of unloved people in the Metropolis. It is in this space that the young Catherine, the narrator, presents to the reader a colony full of displaced subjects in their imaginary condition and, on the other hand, the organized and phantasmagoric resistance of the natives. There are two main characters in the work: one, the narrator Catherine; the other, East Timor itself, which was drifting before independence. It is in this context that the intention is to evidence the displacement of the characters that appear in the narrative of Luis Cardoso.

KEYWORDS: Timor Leste. Literature. History. Displacement. Luís Cardoso.

REFERÊNCIAS

ABDALA JÚNIOR, B. *Literatura, História e Política***.** São Paulo: Ática, 1999.
BOSI, A. As fronteiras da literatura. **In**: AGUIAR, F. (Org.). *Gêneros de fronteira* - cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997.

CARDOSO, Luis. *Requiem para o navegador solitário.* Rio de Janeiro: língua Geral, 2009.
CONTE, Daniel et al. *A chegada da IURD em Angola e o ideário da reconstrução nacional figurado na ficção de Pepetela***.** Miscelânea, Assis, v. 19, p. 11-29, jan.-jun. 2016.

FERREIRA, Priscilla de Oliveira. *Que Timor é este na literatura de Luís Cardoso.* Tese de Doutorado. UFRGS, PPGL, 2014.

GUNN, Geoffrey C. *Timor Loro Sae: 500 anos.* Macau: Livros do Oriente, 1999.
HOBSBAWM, E. *Era dos extremos***:** o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

LEITE, Ana Mafalda. Pós-colonialismo, um caminho crítico e teórico. In: LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades e escritas pós-coloniais.* Estudos sobre literaturas africanas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

LIMA, Luís Costa. A narrativa na escrita da história e da ficção. In: *A Aguarrás do Tempo:* estudos sobre a narrativa, Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

NETTO, J.P. *Portugal***:** do fascismo à revolução. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce C. (org.). *Narrativa:* ficção e história. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

REIS, Carlos e LOPES, Ana Maria. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa.* V. III. São Paulo: Papirus, 1997.

SAID, E. W. *Cultura e imperialismo***.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SHARPE, J. A história vista de baixo. **In**: BURKE, Peter. (Org.) *A escrita da história***.** Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.